

**HABEAS CORPUS Nº 516.949 - ES (2019/0179580-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : **MARCOS THOMPSON BANDEIRA E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **FERNANDO THOMPSON BANDEIRA - RJ077243**  
                  **MARCOS THOMPSON BANDEIRA - RJ098475**  
                  **TATIANA ASSAIFE DE MELLO - RJ152274**  
                  **MICHELLE CARDOSO DE MORAIS - RJ201055**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**PACIENTE** : **ADALVAN SERAFIM BATISTA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ADALVAN SERAFIM BATISTA contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 44/45):

EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL - ESTELIONATO (ART. 171, VI, CP), DUPLICATA SIMULADA (ART. 172 CP), CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317, CAPUT, CP) E CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 CP) - CONFIGURAÇÃO - AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS - PENAS CORRETAMENTE FIXADAS PARA AMBOS OS CONDENADOS - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSOS DESPROVIDOS.

I - A autoria e materialidade das condutas criminosas pelas quais restaram condenados os ora apelantes encontram-se bem delineadas nos autos, sendo certo que a Caixa Econômica Federal - CEF constatou, através de auditoria levada a efeito na sua agência de São Mateus/ES, que o réu ADALVAN SERAFIM BATISTA, utilizando-se de meios fraudulentos e com o respaldo do réu ROBERTO EUSTÁQUIO MARQUES, gerente da agência, auferiu montante de recursos financeiros, destinando-os ou para usufruto pessoal, ou para a "Empresa de Mineração Litorânea S/A", mais conhecida como "Água Mineral Açai", da qual era Diretor-Presidente.

II - Ficou demonstrado também que a obtenção de tais recursos quase sempre era efetuada em nome da outra empresa da qual o réu ADALVAN era sócio majoritário, qual seja, a "Comércio de Sementes LTDA" (ou "COMSEM") que, embora registrada na Junta Comercial, estava desativada há algum tempo.

III - As reprimendas aplicadas a ambos os condenados não merecem qualquer reparo, eis que corretamente fixadas em observância aos critérios legais, e norteadas pela razoabilidade e proporcionalidade, sendo o quantum fixado o necessário é suficiente para a prevenção e reprovação dos crimes.

IV - Recursos a que se NEGA PROVIMENTO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 7 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, em regime semiaberto, e de 60 dias-multa, como incurso nos arts. 171, VI e 172, na forma do art. 71, todos do Código Penal.

Neste *writ*, sustenta o impetrante, em suma, prescrição da pretensão executória, ante o lapso temporal existente entre o trânsito em julgado para a acusação e o início da execução, que ainda não ocorreu.

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da prescrição da pretensão executória.

Deferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

A defesa pretende o reconhecimento da prescrição da pretensão executória, ante o lapso temporal existente entre o trânsito em julgado para a acusação e o início da execução, que até a data da impetração ainda não havia ocorrido.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada pelo Tribunal local, no ponto, por acórdão assim fundamentado (fls. 167/171):

Como se vê do relatório, o ponto controvertido sobre o qual versa o presente “*writ*” está na definição do marco inicial do cômputo da prescrição executória da sentença condenatória proferida contra o ora agravado. Se é a **data do trânsito em julgado para a acusação, na forma do art. 112, I do Código Penal - a saber, 27.01.2009**; ou se é a data do trânsito em julgado definitivo, para ambas as partes - a saber, 30.08.2016. Importante ressaltar que no ao paciente, a pena aplicada foi de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses para o crime do art. 171, VI do Código Penal; 2 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 15 (quinze) dias para o crime do art. 172 do Código Penal; e, 3 (três) anos e 8 (oito) meses para o crime do art. 333 do Código Penal.

A respeito do tema, não desconheço o posicionamento dominante na jurisprudência dos tribunais superiores, que dão aplicabilidade ao referido art. 112, I do Código Penal, numa interpretação literal, que prescreve que "no caso do art. 110 deste Código, a prescrição começa a correr: I - do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional.

Contudo, não se pode olvidar que a pretensão pressupõe a possibilidade concreta de se exigir determinado comportamento de outrem que, para a situação apreciada, quer significar a possibilidade de o Estado fazer cumprir a sentença condenatória, ou seja, determinar o incontinente início do cumprimento da pena. E, nesse particular, ante a presunção constitucional de não-culpabilidade, é assente o entendimento de que somente após esgotadas todas as vias recursais para a defesa é que irá ser permitido tal atuar.

[...].

**Do exposto, uma vez que o correto marco interruptivo de prescrição - o trânsito em julgado para ambas as partes - é o dia 30.08.2016, certo é que o prazo fatal de 8 (oito) anos não foi ultrapassado, pelo que não há que**

**falar em constrangimento ilegal em decorrência do início da execução da pena.**

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas reclusivas de 2 anos e 4 meses para o crime do art. 171, VI do Código Penal; 2 anos, 4 meses e 15 dias para o crime do art. 172 do Código Penal; e 3 anos e 8 meses para o crime do art. 333 do Código Penal.

No caso vertente, como antecipado em exame liminar que ora se confirma, entre a data do trânsito em julgado para a acusação, em 27/1/2009 (fl. 167) e o início da execução, que até a data da impetração ainda não havia ocorrido (18/6/2019), verifica-se o decurso de prazo superior aos 8 anos, o que, neste juízo inicial, caracteriza a prescrição da pretensão executória para cada um dos crimes - arts. 171, IV, 172 e 333, todos do Código Penal, nos termos dos arts. 109, IV c/c art. 112, I, ambos do Código Penal.

Com o devido acatamento às conclusões do Tribunal de origem, o entendimento esposado no acórdão destoa da jurisprudência desta Corte, no sentido de que *Nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial do prazo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado.* Confira-se a íntegra da ementa do referido julgado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE RECORRER. MULTA CUMULATIVA. PRESCRIÇÃO COM A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. AGRAVO REGIMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Reconhecida a prescrição da pretensão executória, fica prejudicada a impugnação acerca da multa cumulativa, porquanto prescreve juntamente com a pena privativa de liberdade, nos termos do art. 114, II, do CP.

2. Não se caracteriza a alegada ofensa ao princípio da colegialidade o reconhecimento, pelo relator em decisão monocrática, de causa extintiva da punibilidade, sobretudo diante da possibilidade de impugnação via agravo regimental (AgRg no HC 459.152/SP, Rel.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 30/10/2018).

3. **Nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial do prazo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado.**

4. Transcorrido lapso temporal superior a 8 anos, desde o trânsito em julgado da sentença condenatória para o Ministério Público, sem que tenha sido iniciada a execução da pena, operou-se a prescrição da pretensão executória.

5. Embargos de declaração de JOSÉ CLETO GONÇALVES rejeitados e agravo regimental do Ministério Público Federal improvido.

(EDcl na PET no AREsp 536.804/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019).

Posto isso, a ilegalidade arguida deve ser reconhecida, para a concessão da ordem pleiteada, extinguindo-se a punibilidade dos crimes dos arts. 171, VI e 172, ambos do Código Penal, imputados ao paciente, pela prescrição.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para extinguir, pela prescrição, a punibilidade dos crimes dos arts. 171, VI e 172, ambos do Código Penal, imputados ao paciente.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator